

**Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes
e Institutos scientificos á Archeologia**

**33. Trabalhos propostos pela «Société Française des fouilles archéologiques»
de Paris, para o anno de 1907¹**

Fouilles et missions archéologiques

1º Fouilles de la Turbie (Alpes-Maritimes). (Fin des fouilles. Consolidation des parties fouillées. Remise en place des premiers matériaux).—Crédit ouvert: 8.000 fr.

2º Mission archéologique en Asie. (Pour des raisons d'ordre scientifique supérieur, le but de la mission, comme le nom des explorateurs doivent encore demeurer secrets quelque temps).—Crédit ouvert: 5.000 fr.

3º Fouilles au mont Beuvray. (Continuation de la campagne de fouilles sur l'emplacement de l'antique Bibracte, par M. DECHELETTE, conservateur du musée de Roanne).—Subvention accordée: 800 fr.

4º Fouilles et recherches archéologiques dans la forêt de Compiègne.—Crédit ouvert: 1.000 fr.

5º Mission et fouilles en Birmanie. (Par M. le Général DE BEYLIÉ, du Comité technique des troupes coloniales, Membre du Comité central de la Société Française des fouilles archéologiques).

6º Mission et fouilles en Mésopotamie. (Par M. le Général DE BEYLIÉ).

Noticias várias

1. Companhia das Lezirias

Findas em Portugal as lutas civis, em que se consumiram e desbarataram os dinheiros e energias nacionaes, o governo de D. Maria II encontrou fundas chagas a cicatrizar, sendo talvez a mais grave e de peor aspecto a do Thesouro, então declarado em bancarrota.

¹ Segundo um impresso remettido por ella á redacção d-*O Archeologo Português*.

Em 1835 constituíam o ministerio o então Marquês de Saldanha, o Duque de Palmella, José da Silva Carvalho, João de Sousa Pinto Magalhães e Antonio Aloysio Jervis de Athouguia. Como medida de salvação publica, decretaram elles em 15 de Abril de 1835, a venda de bens nacionaes em que entravam as lezirias nacionaes do Tejo e Comporta, grupo de propriedade constituído por bens do extinto infantado, do patriarchado e da coroa.

A ideia da venda das lezirias foi recebida com verdadeiro alvoroço, mas uma difficuldade surgiu a principio bem difficil de resolver e que se traduzia na penuria de dinheiro em todo o país para, exclusivamente com capitaes portuguezes, se poder levar a effeito tão importante como urgente transacção, pois ninguem veria com bons olhos que tão avultado patrimonio nacional passasse a mãos estrangeiras.

Pelo governo foram então convidados os capitalistas Conde de Farrobo, Visconde das Picoas, José Bento de Araujo, José Xavier Mousinho da Silveira e José Pereira Palha, para constituirem uma Companhia que emittisse acções até cobrirem a avaliação das lezirias, cujo valor então foi reputado em dois mil contos de réis.

Em 3 de Novembro do referido anno de 1835 saiu o seguinte decreto:

«Achando-se instituida pelo Conde de Farrobo, Visconde das Picoas, José Bento de Araujo, José Xavier Mousinho da Silveira e José Pereira Palha uma companhia a fim de comprar as lezirias nacionaes do Tejo e Comporta; havendo-se verificado que uma unica direcção, tendo a duplicada vantagem de dividir os fundos por meio de acções e de poder, debaixo de um plano geral, determinar as obras necessarias e uteis á conservação e melhoramento d'aquelle espaçoso e fecundo terreno, afiança transcendentos resultados de utilidade publica e particular; considerando a necessidade de prover sem demora sobre a representação da mencionada companhia, que não deve soffrer longo empate do capital desde já offerecido em pagamento, e attendendo por outra parte a que não deve perder-se a oportunidade de resolver um contrato que, ao passo de occorrer ás necessidades do Estado, cria novos e multiplicados interesses, aumenta o credito publico e assegura emfim os mais consideraveis beneficios assim a importantes ramos de agricultura como á navegação do Tejo e ao commercio interno: hei por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º A commissão interna da Junta do Credito Publico aceitará o lanço de dois mil contos de réis em metal, que a Companhia instituida pelo Conde de Farrobo, Visconde das Picoas, José Bento

de Araujo, José Xavier Mousinho da Silveira e José Pereira Palha offerece na proposta junta, pelo campo das lezirias, constantes das relações e mappas que acompanham o presente decreto.

Art. 2.º Com o referido laço de dois mil contos de réis em metal, a commissão interina da Junta do Credito Publico abrirá a praça de trinta dias, fazendo affixar editaes nesta capital e nas cabeças dos respectivos julgados para, no fim d'este prazo, arrematar por junto as sobreditas propriedades a quem mais der.

Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as repartições assim o tenham entendido e façam executar com as participações necessarias.—Paço das Necessidades, 3 de Novembro de 1835.—RAINHA=*Marquês de Saldanha*=*Duque de Palmella*=*José da Silva Carvalho*=*João da Silva Carvalho*=*João de Sousa Pinto de Magalhães*=*Rodrigo da Fonseca Magalhães*=*Antonio Aloysio Jervis de Athouguia*.

No dia 25 de Julho de 1836 foi finalmente arrematado o grupo de propriedades, depois de ser avaliado por tres vezes e por outras tantas o negoció ter corrido o risco de se não fazer, pela pouca vontade que os fundadores tinham de o fechar.

Os primeiros annos de vida social decorreram tormentosos. Os dois mil contos subscritos foram entregues ao governo, mas, talvez por isso, a Companhia viu-se em serios embarços para fazer face ás despesas de installação, aggravadas ainda com os encargos inherentes aos primeiros trabalhos de reparação da parte rustica e urbana que, votada desde muito ao mais condemnavel abandono, tinha chegado á ultima decadencia.

Dividiu-se o patrimonio da Companhia em cinco administrações:

A primeira é constituída pelos terrenos da Leziria de Villa Franca de Xira e Mouchões, onde predominam os terrenos proprios para cultura cerealifera. A sua sede foi e é em Villa Franca de Xira.

A segunda abrange os concelhos de Benavente e Salvaterra e tem igualmente terrenos de cultura, mas predominam nella montados de sobro, pinhaes e charnecas. Tem a sede em Samora Correia.

A terceira, encravada nos concelhos de Azambuja, Cartaxo e Santarem, possui apenas terrenos de cultura. Tem a sede na Azambuja.

A quarta pertence aos concelhos da Gollegã e Chamusca e só tem terrenos de cultura cerealifera. A sede é na Gollegã.

A quinta é a Comporta, com terras nos concelhos de S. Tiago de Cacem, Alcacer do Sal e Grandola. A sede é na Comporta, na margem esquerda do Sado, em frente de Setubal. É constituída por terrenos apaulados, cultivados de arroz, tendo tambem pinhaes e charnecas.

A sede social da Companhia das Lezirias do Tejo e Sado é em Lisboa. A superintendencia está confiada a tres directores, de eleição annual feita em assembleia constituida pelos seus 433 accionistas, que representam 4:600 acções do valor nominal de 500\$000 réis cada.

(D-A Luta, de 20 de Julho de 1907).

Nota.—Os documentos para a historia das Lezirias desde a conquista do valle do Tejo são numerosos. José Pedro Ribeiro publica um no vol. 1 das *Dissertações*, datado de 1260 (1222).

2. Nas obras da demolição de uma muralha, em Abrantes, são encontradas umas ossadas humanas

Abrantes, 26.—C.—Está-se procedendo á demolição da muralha do fosso norte do castello d'esta villa, onde se construirá um novo parque para as baterias de artilharia aqui aquarteladas. Hoje os trabalhadores encontraram alli numerosas ossadas humanas, que foram removidas para o cemiterio. Por uma moeda do tempo de D. Pedro II, tambem alli achada, se vê quão antiga é tão improvisada campa, talvez a valla commum das aguerridas hostes.

(D-O Seculo, de 27 Julho de 1907).

3. A villa de Manique do Intendente

Em alvará de 11 de Julho de 1791, assinado por D. Maria I, foi o celebre Intendente Geral da Policia, o Desembargador Diogo Inacio de Pina Manique, agraciado com o senhorio da povoação de Alcoentrinho, pertencente ao termo da villa então de Santarem, pelos «distinctos serviços que elle tem feito nos importantes cargos e comiçães que d'elle tenho confiado».

Nessa occasião foi a povoação elevada a villa e os termos em que o foi fazem-na classificar entre o typo antigo e o typo moderno simplesmente honorifico. A denominação que melhor lhe cabe é a de condicional, por isso que a povoação será concelho quando a população attingir determinada cifra.

Eis os termos do alvará que se encontra registado no liv. 39 da Chancellaria de D. Maria I, p. 209: «se denomine [Alcoentrinho] d'aqui em diante Manique do Intendente, que seja senhorio de sollar para elle e todos seus descendentes successores da sua casa intitulado-se todos senhores de Manique; que sejam limites do solar e senhorio a freguesia em que está a dita Povoação; que esta seja criada villa servindo-lhe de termo a freguesia logo que nella houver cento

e vinte vezinhos, devendo então haver juizes e vereadores aprovados na forma da ley pelos senhores do sollar».

Este alvará foi confirmado na carta de 13 de Agosto de 1791, registado no mesmo livro, a p. 275 v, no qual se concede ao referido desembargador o padroado da igreja de S. Pedro de Arrifana, que estava em ruina e afastada de Manique.

Pina Manique, o discipulo do Marquês de Pombal, seguia tambem a este fazendo criar em seu favor um senhorio.

4. Constancia

Alguns elementos historicos

Constancia, 28. — Annuncia-se para o proximo domingo 4 de Agosto uma excursão de Lisboa a esta encantadora villa do Ribatejo (*sic*), por occasião da feira annual de Nossa Senhora dos Martyres.

Não serão pois descabidas, nesta occasião, algumas notas historicas sobre esta villa, bem como algumas leves referencias sobre o que nella ha digno de ser visto pelos nossos hospedes.

Constancia está situada a 24 leguas de Lisboa, na encosta verdejante de um monte cujas raizes são banhadas ao sul pelo rio Tejo e ao oeste pelo Zezere, rio genuinamente portuguez, que, nascendo na Serra da Estrella, vem, depois de um longo curso, por entre asperas penedias, encontrar a sua foz nesta villa, o que a torna uma das mais ridentes villas de aquem Tejo, acrescendo a este outros attractivos que a tornam um verdadeiro eden.

Não são por nós bem apreciados todos os encantos naturaes d'este lindo Portugal, que em cada pedaço contém maravilhas dignas de apreço e contemplação.

Aqui não sabemos que mais admirar se o espectáculo surpreendente do Tejo serpeando entre doces contornos de salgueirae e semeado na presente quadra de interminaveis praias, se o aspecto das montanhas do valle do Zezere, revestidas de vegetação fertilissima, e os seus uberrimos nateiros, levemente beijados pelas limpidas aguas do rio já então amortecidas dos embates inconstantes no seu escabroso e longo curso, se, emfim, o conjunto bello, soberbo e inenarravel de todas as bellezas naturaes de que esta rainha do Zezere é dotada.

.....
 É sede de concelho, que comprehende tres freguesias: S. Julião, Santa Margarida da Coutada e Nossa Senhora de Assunção de Montalvo, com 3:690 habitantes em uma area de 8:304 hectares.

A freguesia de S. Julião tem 1:187 almas e 305 fogos. Tem tres igrejas, duas d'ellas dignas de serem visitadas.

A primeira, a matriz, é a sumptuosa e soberba igreja de Nossa Senhora dos Martyres, situada no alto da villa. É um templo vastissimo, como não ha segundo nos arredores, que, segundo consta, data de 1636, sendo elegantissimo e com magnificos trabalhos em marmore. Nella poderão os excursionistas ver os vandalismos praticados pelos franceses no principio do seculo, quando foi das invasões, em que cousa nenhuma foi respeitada, fazendo-se fogueiras dos santos e de todos os objectos do culto, estando bem patentes os seus vestigios no lagedo. Se até serviu de estalagem!... Quasi todos os ornatos de pedras lioz, marmore, etc., teem vestigios bem visiveis dos vandalos que aqui nunca serão esquecidos pelas proezas que praticaram.

A segunda é a da Misericordia, situada na parte baixa da villa; é pequena e muito antiga, tendo as paredes forradas de azulejos antiquissimos, de grande valor. O retabulo do altar-mor é rico em obra de talha.

A terceira é a da Senhora Sant'Anna, situada quasi ao pé da matriz, muito pequena e sem valor algum artistico.

(Do *Diario de Noticias*, de 2 de Agosto de 1907).

5. Abertura do tumulo de D. Affonso Henriques

Faz hoje 75 annos que o infante D. Miguel de Bragança, estando em Coimbra com a sua côrte, mandou proceder á abertura do tumulo do fundador da monarchia, que está, como é sabido, na igreja de Santa Cruz d'aquella cidade. O mausoleu que encerra o precioso deposito não é o primitivo; mas outro, para onde se verificou a trasladação feita a 16 de Julho de 1520 por ordem de D. Manoel, que assistiu a essa cerimonia.

Em 1732 foi novamente aberto o tumulo quando se tratou de fazer canonizar D. Affonso Henriques.

A *Gazeta de Lisboa*, n.º 258, de 1832, diz o seguinte sobre a abertura do tumulo ordenada por D. Miguel:

«Aberto o tumulo achou-se um pequeno cofre de madeira de cedro, junto a outro maior, existindo sómente no menor alguns restos de ossos pequenos, que indicavam ter sido de algum menino, mas tudo o mais reduzido a terra ou cinza; e no segundo cofre maior, que se achava ainda coberto com um resto de tela rica de ouro e prata, com franjas d'esta qualidade, se viu sobre a tampa que teria 3 e meio até 4 palmos de comprimento uma chave de ferro a qual tinha sido dou-

rada; e no mesmo um frasco de vidro faceado, com a base de 3 pollegadas quadradas e 1 de altura, rolhado e lacrado, com as armas reaes em cima e uma inscripção em baixo dizendo: «Noticia do que se passou em 'o mês de Setembro de 1732»—tendo este frasco dentro um embrulho escuro com letras mas pegado ao fundo do vaso no qual depois de examinado se encontrou duas escrituras em pergaminho muito destruidas, confusas ou mal legiveis as letras, porque a humidade havia atacado o pergaminho em que estavam, e se pôde perceber que uma era em portuguez e de caracter de letra moderna, isto é, de pouco mais de um seculo, e outra em latim, tambem de igual letra, sendo provavel explicarem ambas referencias a mais antigos titulos, quando em setembro de 1732 se abriu o tumulo real, como diz o le-treiro no fundo do vaso; e na escritura latina se pôde ver que fallava da sr.^a D. Teresa, mãe de D. Affonso Henriques.

No segundo cofre maior encontrou-se os despojos mortaes da rainha de Portugal D. Mafalda, esposa de D. Affonso Henriques e por esta-rem muito arruinadas as madeiras e mesmo os ossos, ordenou o infante que se passasse para melhor cofre. Por baixo d'este cofre achou-se um outro tambem de cedro e com outra chave como a primeira e restos de cobertura de tela igualmente de prata e ouro, com xadrez de côres já muito desbotadas. Abriu-se a tampa d'este terceiro cofre, que teria 6 palmos de comprido e nelle se achavam os ossos de D. Affonso Hen-riques. A sua caveira estava inteira, e mostrava ainda todos os dentes no seu lugar, menos um; as dimensões do craneo e mais partes da cabeça eram grandes, e proporcionados os ossos dos braços e pernas, os quaes comparando-se com os da figura superior ao tumulo, se achou perfeitamente coincidirem com as dimensões respectivas, tendo esta figura dez palmos de comprimento, como refere a historia haver tido de altura o mencionado rei a quem representa vestido de ferro, col-locado de costas tendo uma almofada de pedra por travesseiro e um leão dourado aos pés».

(Do *Diario de Noticias*, de 23 de Outubro de 1907).

6. Objectos de Museu

«Nos leilões particulares que se effectuam, principalmente nesta qua-dra de fim de anno, apparecem por vezes objectos raros que, pena é, não sejam adquiridos pelo Estado, para figurarem em museus portugueses.

Devia haver uma fiscalização artistica, como em Italia, para evi-tar que saiam de Portugal preciosidades que enriqueceriam as collecções que são nosso patrimonio artistico e archeologico.

Nos repetidos leilões, que se annunciam em Lisboa, são os negociantes de antiguidades que, quasi sempre, arrematam, por preços que não pagam o valor estimativo, as raridades, para serem depois exportadas, por preços infimos.

Hoje se realiza um leilão num palacete da Rua de S. Joaquim, do espolio que foi de um fallecido diplomata estrangeiro, amator, e colleccionador de objectos antigos. Entre elles ha alguns que são, decerto, exemplares unicos, e por isso dignos de se arrecadarem no Museu Nacional, o que infelizmente não acontecerá, a não ser por milagrosa cedencia de algum benemerito que os comprasse.

Em rapida visita que hontem fizemos áquelle ignorado museu de quadros e muitas antiguidades, surprehendeu-nos uma armadura de ferro rarissima, que pelas suas acanhadas dimensões, articuladas de modo que se aperta e desaperta facilmente; não ha duvida que tinhamos deante de nós um curioso instrumento de tortura, pertencente á inquisição.

É digno de reparo tambem um relógio de ferro cinzelado; uma espingarda do seculo XVIII, blasonada e datada; um sophá, puro D. João V e de modelo unico; uma curiosa mesa, que se diz ter pertencido a D. João de Castro; uns frisos etruscos e alguns quadros de valor.

Quando um dia se pensar a serio nestas cousas de arte, já o melhor tem saído do país, ha annos a mandar cousas boas para fóra e que ainda possui muito e bom, tão rico era e é ainda em preciosidades».

De um annuncio do mesmo jornal consta que alguns dos objectos postos em leilão deviam ser os seguintes:

«Mobiliario das epochas de Luis XIV, XV, XVI, Renascença e Imperio e Boule, quadros de varias escolas, relógio de ferro cinzelado, muito raro, espelhos com rica obra de talha, estilo Manoelino, armadura da Inquisição (peça unica), armas antigas, algumas incrustadas de ouro, buffetes de pau santo, cadeiras de coiro e de pau santo, columnas entalhadas, armario hollandês, de carvalho e ebano, porcelanas da China, Japão, Saxonia e Imperio, faianças, vasos etruscos, livros, gravuras e varios objectos de arte».

(Do *Diario de Noticias*, de 22 de Dezembro de 1907).

7. A Bibliotheca episcopal de Lamego

«Foi em regra ao peculio inavaliavel dos conventos, dos paços episcopaes, mas sobretudo aos archivos fradescos, que, depois dos periodos tormentosos de guerra e assolação que arruinaram as cidades

e dispersaram os autores da sciencia, se foram buscar as reminiscencias perdidas de muita descoberta de vulto.

Quanta tradição extincta se a ruina total d'essas instituições se tivesse consummado, quanta obra ciosamente arrecadada e oriunda de tempos perdidos e immemoraveis não teria chegado hoje ao nosso conhecimento e ao trato dos eruditos.

Na epoca calamitosa da dispersão das ordens fradesas, quantos magnificos tomos de obras valiosissimas por ahi se extraviaram, vendidas a peso por esse país fóra.

Aqui, em Lamego, onde os conventos abundavam, ahi estavam os dois repositórios de S. João de Tarouca e de Salzedas, cujos restos minguados e truncados pela pilhagem ou pelo abandono vieram emfim crystallizar num humilde cantinho da Bibliotheca Municipal. Outros de maior valia vieram engrossar os archivos do Palacio Episcopal, onde se acham preciosamente arrecadados.

A Bibliotheca do Paço compõe-se de cêrca de 6:000 volumes, em que dominam, é claro, as obras puramente theologicas e de philosophia dogmatica. No entanto, entre a maioria de trabalhos d'esse genero, muitos outros se encontram até de um notavel antagonismo de espirito religioso, como por exemplo a monumental edição da *Encyclopaedia* de D'Alembert.

.....
Sob as indicações do Ex.^{mo} Prelado Diocesano, está-se agora procedendo a um profundo inventario de toda a Bibliotheca e a uma total remodelação, pois que nas classificações dos volumes ha agora uma certa confusão.

.....
O que eu citei de passagem basta para dar uma ideia, embora singela, da excellencia da opulenta livraria do Palacio Episcopal de Lamego».

(«O Paço Episcopal de Lamego», pelo Prof. José Julio Rodrigues, no *Boletim da Associação do Magisterio Secundario Official*, III, 551, com gravuras).

8. Os archivos de Moçambique

«Como os archivos da maior parte das circunscrições da provincia de Moçambique, o do Zumbo acha-se mutilado de tal fórma que já custa a escrever a historia dos ultimos quarenta annos, que tantos são os que decorrem desde que esta terra foi reoccupada por Albino Manoel Pacheco, conforme consta do seu relatorio manuscrito, que se encontra no archivo de Tete e de que aqui não existe copia por motivo que direi mais adiante.

Se existiu alguma lapide commemorativa da fundação dos estabelecimentos na Feira, ou no Zumbo, como ainda hoje se vê em Tete, em Sena e em outra villa antiga, e como era de uso português em todas as suas conquistas, jaz agora sepultada entre os escombros. Seria preciso cortar e queimar o mato, cavar e remover para outro sitio toda a terra e pedra desmoronada, para achar alguma cousa. Essa será a missão do archeologo...».

(Carlos Wiese, «Apontamentos sobre o Zumbo», in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, xxv (1907), pp. 248 e 251).

9. A historia da bandeira portuguesa—Transformações por que tem passado

Poucos ou nenhuns elementos possuímos para descrever as transformações por que tem passado a bandeira portuguesa.

Da mesma difficuldade se queixa Damião Antonio de Lemos Faria e Castro, no tomo v da sua obra, *Politica moral e civil*, publicada em 1749 a 1754; dizendo comtudo a respeito de Portugal o seguinte:

«O pavilhão real» é branco, com as armas reaes no centro; o «pavilhão no descobrimento da America» era branco, com uma esphera de ouro rematada em uma cruz: outros com a esphera vermelha; o «pavilhão para converter a America» era branco, tendo junto á parte superior da hastea as armas reaes, no meio uma esphera de ouro com o zodiaco vermelho, ao pé S. Fr. Pedro Gonçalves Telmo com uma cruz na mão; o «pavilhão de guerra» é branco, com um escudo no meio com quatro quadrados de vermelho com coroa e o vão dos diamantes tambem de vermelho; o «pavilhão ordinario» é roto, em bandas diagonaes de azul, branco e vermelho, no meio de uma cruz potente de negro e no quartel superior outra cruz de branco; e o «pavilhão mercante» é cortado em sete faixas horizontaes, quatro de verde e tres brancas.

A bandeira dos exercitos de Affonso Henriques, e que se arvorava nos castellos conquistados, era branca, tendo no centro cinco escudos com as cinco chagas cada um.

O estandarte que o mestre de Avis arvorou em Lisboa, quando depois da morte do Conde de Andeiro se apresentou no povo, tinha pintadas as figuras dos Infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro.

O estandarte de D. Nuno Alvares Pereira era esartejado por uma grande cruz, e tinha as imagens de Jesus crucificado, da Virgem, de S. João, de Santo Antonio, de S. Jorge e de S. Tiago.

O pendão da «Ala dos Namorados» era verde, tendo no centro uma imagem da Senhora da Conceição e o lemma: «Por nossa terra e por nossas damas».

A bandeira de D. Manoel era branca, tendo no centro a cruz de Christo e sobre esta as armas reaes sem coroa.

Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, apresenta figurando nas nossas armadas e fortalezas bandeiras de varias côres.

Era branca, com a cruz de Christo, a bandeira que tremulava nos nossos alterosos galeões que partiam para as gloriosas conquistas e descobertas.

A bandeira de D. João III era branca, tendo no centro as armas reaes com coroa.

O estandarte que D. Sebastião levou á mallograda empresa de Africa era de damasco carmesim, aberto em duas pontas e orlado de franja de prata, tendo de um lado bordada a ouro a imagem de Christo crucificado e do outro lado as armas de Portugal.

A bandeira de D. João IV era orlada de azul, com as armas reaes e coroa.

Um manuscrito feito em 1669, e existente na biblioteca da Ajuda, apresenta o pavilhão português com a côr verde e no centro as armas reaes.

Antes das Côrtes Geraes Extraordinarias e Constituintes de 1821, a bandeira era branca, com as armas reaes no centro; mas na sessão de 21 de Agosto d'esse anno, approvando-se a proposta do Deputado Trigoso, decretou-se que a bandeira fosse azul e branca, «côres empregadas no escudo de Affonso Henriques».

Com a queda do systema constitucional, em 1823, a bandeira tornou a ser branca com as armas reaes no centro.

O decreto de 18 de Outubro de 1830 ordena que a bandeira portugueza seja azul e branca, tendo no centro as armas reaes.

O mencionado decreto diz o seguinte:

«Tendo o Governo, que usurpou o Throno de Sua Majestade Fidelissima, usurpado as côres que tinha guiado para a victoria as tropas portuguezas, sempre distinctas pelo seu valor e lealdade, e sendo necessarias hoje novas insignias que distingam os portuguezes, que permaneceram fieis no caminho da honra, d'aquelles que tiveram a desgraça de seguir o partido da usurpação, manda a Regencia, em nome da Rainha, que de ora em diante a bandeira portugueza seja bipartida verticalmente em branco e azul, ficando o azul junto da haste e as armas reaes collocadas ao centro das bandeiras, metade sobre cada uma das côres; e manda outrosim a Regencia da mesma Senhora que,

nos laços do real exercito e armada, se usem as mesmas côres azul e branca, com a mesma fôrma do laço actualmente em uso, e occupando a côr branca a parte exterior e centro do mesmo».

Nos dias festivos do partido legitimista, vemos ainda fluctuar nas janelas do nosso velho collega *A Nação* a bandeira branca com as armas reaes no centro.

O estandarte real, arvorado no local onde está algum membro da Familia Real, é carmesim, com as armas reaes no centro.

No guarda-roupa Cruz ha quatro exemplares das bandeiras de D. Affonso Henriques, D. Manoel, D. João III e D. João IV, a que acima alludimos, com as quaes o seu proprietario adornou as janelas no dia da inauguração do monumento a Luis de Camões, a 9 de Outubro de 1867.

(Do *Diario de Noticias*, de 13 de Outubro de 1907).

10. O escudo das armas de Portugal

A conferencia historica do Sr. Major Santos Ferreira
na União Christã da Mocidade

O illustre official do exercito Sr. Santos Ferreira realizou hontem á noite, perante numeroso auditorio, na sede da União Christã da Mocidade, a sua annunciada conferencia historica sobre o «escudo das armas de Portugal, sua origem e successivas modificações».

O hymno nacional—Episodio curioso

S. Ex.^a, apresentado aos assistentes com palavras de justiça, proferidas pelo Sr. Moreton, começou por dizer que aquelle trabalho obedecia a um desejo muito justificado, que o Sr. Rodolfo Horner lhe expressara ha tempos, sobre a origem do escudo de Portugal: desejo que infelizmente não puderam satisfazer alguns outros portuguezes a quem o Sr. Horner recorrera. E a proposito da ignorancia das nossas cousas, o Sr. Ferreira conta um caso muito interessante: Quando o Sr. Alfredo Silva, do Porto, foi a Philadelphia, como delegado da União Chistã da Mocidade, a uma reunião que ali se effectou e onde se reuniram os delegados de differentes paises, recebeu, como os seus collegas, um convite muito penhorante para uma reunião nocturna em casa de uma senhora das mais distinctas da Philadelphia.

Essa senhora, em um requinte de amabilidade, manifestou a todos os delegados o desejo de ouvir uma estrophe do hymno de cada uma das nacionalidades ali representadas. E dos 37 presentes, apenas 36 puderam acquiescer a esse desejo, que traduzia uma das notas mais

sympathicas da festa!... O delegado português não sabia o hymno do seu país e, embaraçadissimo, invocou um pretexto qualquer para não o reproduzir!

De resto, nenhum português o sabe; nem nós temos hymno nacional! O hymno é uma producção pratica que, em geral, traduz o sentimento da alma de uma patria e a que se addiciona a musica, para porventura o tornar mais imponente. Entre nós, o hymno toca-se ao piano ou assobia-se... E queixam-se da falta de respeito que, por vezes, se manifesta por esse hymno.

A bandeira nacional... de varias côres—A historia da côr vermelha

O conferente, após este breve exordio, passa a occupar-se propriamente das armas do reino, e estabelece a distincção entre estas e as armas da Familia Reinante.

Entre nós a insignia nacional é o escudo das armas portuguezas; em França a insignia adoptada desde 1789 é a bandeira tricolor, nascida da alliança da cidade de Paris com Luis XVI, assim como o hymno é a «Marselhesa», empregado como hymno nacional no proprio reinado de Luis Fillipe.

Em Portugal a insignia não é a bandeira e, áparte o respeito que lhe merecem os que se esforçam na propaganda do culto pela bandeira, elle vê nesse facto um pouco de «francesismo».

A bandeira portugueza vale mais pelo escudo, que lhe deu o nome de bandeira das Quinas, do que propriamente pelas côres que a compõem, tão variadas estas teem sido! Presentemente ainda se ostenta, ora bicolor, ora encarnada, como se usa nos paços reaes. E chega a causar profunda tristeza o recordar de onde veio esse encarnado! A sua historia é simples: Começou por adoptar-se uma bandeira branca, com o escudo de Portugal e uma orla vermelha.

Com o uso e fluctuação ao tempo, essa orla, em uma das faces, desaparecia e os mestres bandeireiros, a prevenir o facto, foram alargando a orla e reduzindo o quadrado branco onde assentava o escudo. E tamanho fôra o alargamento da orla vermelha e a redução do branco, que acabou por ficar encarnada, como hoje se está vendo... Eis a historia, a que realmente não se pode chamar brilhante, da bandeira portugueza... encarnada...

**Origem do escudo das armas portuguezas
Os sellos desde D. Sancho I**

O Sr. Major Ferreira descreve, successivamente, o escudo attribuido a D. Affonso Henriques, composto de cinco escudetes azues, con-

tando cinco besantes de prata, significando aquelles as chagas de Jesus Christo, e estes os trinta dinheiros por que Judas vendeu o Divino Mestre. Havia, evidentemente, quanto a estes ultimos, um erro de divisão, a não ser que se contassem a dobrar os besantes do escudete do centro, como alguém, uma vez tentou explicar... ou então que se aumentasse um besante em cada escudete, como deliberou o desenhador das notas de 2\$500 réis do Banco de Portugal...

A proposito de Affonso Henriques, o illustre conferente fez uma interessante e valiosa digressão historica acêrca da tomada de Lisboa, attinente a provar que a cidade, a despeito de estar occupada pelos mouros, era quasi inteiramente christã, como os proprios parlamentarios, o bispo do Porto e o arcebispo de Braga, encarregados de pactuarem a rendição, tiveram occasião de constatar.

De seguida, e ainda sobre o escudo de D. Affonso Henriques, o orador commenta a *Historia Genealogica da Casa Real*, de Manoel Faria e Sousa, sobretudo, quanto á affirmacão nella contida no t. I, da existencia do escudo e da espada de D. Affonso Henriques, em Santa Cruz de Coimbra, partindo logo do principio de que D. Affonso Henriques não possuiu escudo heraldico.

A comprovar o facto basta compulsar os documentos existentes no Archivo da Torre do Tombo, de uma autenticidade indubitavel, e pelos quaes se verifica que, de D. Sancho I por deante, é que se começaram usando os sellos grandes das armas reaes portuguezas.

O proprio Manoel Faria e Sousa, no t. IV da *Historia Genealogica*, reconhece o erro, mas não o resolve... Deixa-o á resolução dos leitores...

O sêllo de D. Sancho I compunha-se de cinco peças azues, contando cada uma 11 besantes ou dinheiros de prata, e dispostas em forma de cruz; inferindo o conferente, com grande poder de argumentação e de logica, que o escudo de D. Affonso Henriques, a existir, seria apenas composto de uma cruz azul em campo branco.

Apparecem effectivamente tres documentos de D. Affonso Henriques com o sêllo grande das armas reaes, mas esses documentos são falsos, como o demonstrou, antes de Alexandre Herculano, Frei Joaquim de Santo Agostinho.

O autor do primeiro documento apocripho foi Gaspar Alvares de Lousada, que, de combinação com um padre celebre, com elle preparava a doação do reino á Ordem de Cister.

O Sr. Major Ferreira, continuando na sua critica do escudo primitivo das armas portuguezas, apresenta outras versões sobre a existencia dos besantes ou dinheiros de prata: a do pagamento do resgate

dos cruzados na Palestina, ou a do direito conferido ao Rei de Portugal de cunhar moeda, parecendo-lhe esta a mais acceitavel.

Com uma collecção muito interessante e artistica de modelos demonstrativos, o Sr. Major Ferreira vae, por fim, mostrando á assistencia as transformações por que o escudo das armas portuguesas foi passando.

O de D. Affonso III é o primeiro que se apresenta com a orla dos castellos (nove).

D. João II fixa o numero dos castellos em 7; mais tarde põem-lhe 10.

D. Manoel apresenta-se com 12, e finalmente D. Sebastião restabelece os 7 castellos, conforme fôra determinado por D. João II, e assim se conserva até os nossos dias, tendo passado inalteravel no proprio reinado dos Filipes.

Findo o seu valiosissimo trabalho, o Sr. Major Santos Ferreira foi muito cumprimentado e applaudido calorosamente por toda a assistencia.

O Sr. Rodolfo Horner agradeceu a acquiescencia do illustre conferente ao seu convite, e annunciou uma outra conferencia de um professor, para amanhã.

(Do *Diario de Noticias*, de 26 de Outubro de 1907).

Nota.—Os dois estudos publicados estão muito longe ainda de nos dizerem a verdadeira evolução das armas portuguesas. Teem, porém, reunidos, materiaes dignos de attenção. Com respeito ás côres, as nossas ainda são de mais recente uso do que a tricolor franceza. O que se diz das côres do escudo de D. Sancho é pura fantasia, sendo porém ellas que influiram na reforma constitucional da bandeira. Em 1795 (*Synopsis chronol.*, II) foi determinado que os officiaes militares usassem borlas de azul e prata nas espadas. Nós temos grande facilidade em nos deixarmos levar por lendas forjadas com qualquer intuito. Assim succede com as leis promulgadas nas Côrtes de Lamego, a pretendida criação da Ordem da Torre e Espada no tempo de D. Affonso V, etc.

11. O primeiro cemiterio de Lisboa—Uma estatistica funebre

Como se sabe, o primeiro cemiterio de Lisboa foi o que em 1834, por decreto da Rainha Senhora D. Maria II, se construiu no Alto denominado de S. João, em ponto tão elevado que, para qualquer lado que se olhe, se descobre vasta extensão de horizonte.

Em todo o caso, as pessoas que visitam o cemiterio de hoje mal imaginam o que era o cemiterio de então. Esse cemiterio, pequeno e acanhado, comparado com o actual, bem-podia dizer-se um cemiterio de aldeia. Depois foi soffrendo constantes alargamentos; e hoje, apesar

de enorme, mal chega para as necessidades do obituario, tanto que novo alargamento se está effectuando e outros se projectam.

Concluido o cemiterio, e depois de benzido, foi inaugurado, isto é, serviu pela primeira vez em 5 de Maio d'este anno de 1834, dia em que ali foi sepultado o primeiro cadaver, que era o de uma mulher, chamada Angelica Rosa da Conceição.

Nos primeiros tempos não se fazia registo especial dos mortos sepultados nos cemiterios, e apenas ficavam a respeito d'elles uns verbetes soltos, escritos em pequenos bocados de papel.

Do verbete referente á morta acima referida não pôde ver-se a idade, estado, profissão ou naturalidade d'ella, verificando-se apenas que residia na freguesia de Santa Justa.

Pouco depois da inauguração dos cemiterios, sem que se saiba a epoca precisa, porque tambem isso não consta dos documentos, começaram a ser construidos jazigos de familia.

O primeiro jazigo construido, e que por isso ficou com o n.º 1, foi mandado fazer pelo rico proprietario Francisco Maria Machado, e é hoje propriedade da viuva d'este senhor, residente na Travessa do Machado, á Penha de França.

Este jazigo está situado na rua n.º 1, meia laranja, em frente da capella.

Depois os jazigos foram sendo construidos em maior numero, e hoje existem naquelle cemiterio 3:794 mausoleus, de varios systemas e feitos, espalhados pelas 26 ruas do cemiterio.

Os mortos sepultados até hoje no Alto de S. João

Se o numero de jazigos foi crescendo de uma maneira assombrosa de anno para anno, o numero de enterramentos naquelle cemiterio ainda aumentou mais consideravelmente. E senão, veja-se:

O cemiterio tinha sido inaugurado, como dissemos, em 5 de Maio de 1834. Nesse mês foram sepultados no mesmo cemiterio 35 cadaveres, e depois, em Junho, 61; em Julho, 126; em Agosto, 108; em Setembro, 136; em Outubro, 295; em Novembro, 297; em Dezembro, 241. Total dos enterramentos nesse anno, 1:229.

No anno seguinte, 1835, o numero de enterramentos elevou-se a 3:310, sendo a totalidade dos enterros nos primeiros cinco annos da existencia do cemiterio, e que terminaram em 1838, 15:484.

E, sempre em aumento, o numero de enterramentos no quinquennio seguinte, que terminou em 1843, foi de 16:578; no quinquennio que terminou em 1848, foi de 18:799; no de 1853, de 19:878; no de 1858, de 24:742; no de 1863, de 20:888; no de 1868, de 19:014; no

de 1873, de 18:380; no de 1878, de 19:447; no de 1883, de 21:314; no de 1888, de 22:445. Total dos enterramentos nestes 55 annos, 221:969.

Como se vê d'estes numeros, o quinquennio em que houve maior numero de enterramentos foi o que decorreu de 1853 a 1858.

Este facto tem explicação na colera, que em 1856 affligiu a população da capital, e da febre amarella, que em 1857 visitou, — terrivel visita —, a mesma população.

Ha ainda muitas pessoas vivas que se lembram do que isso foi.

Para aquelles que não são d'esse tempo, bastará dizer que no anno de 1856 foram sepultados no cemiterio do Alto de S. João 5:623 cadaveres de pessoas, na sua maioria victimadas pela colera, e que em 1857 houve no mesmo cemiterio 8:321 enterramentos, tendo a grande maioria das pessoas morrido em virtude da febre amarella.

Nesse anno, os meses em que a terrivel doença fez maior numero de victimas foram Outubro e Novembro.

No primeiro d'estes meses foram sepultados no cemiterio a que nos estamos referindo 2:392 cadaveres, e no segundo 2:002!

É claro, como já dissemos, que nestes numeros não estão incluidos os enterramentos feitos nos outros cemiterios da capital e que devem ser quasi outros tantos.

A mortandade por meses

Durante os 55 annos a que nos estamos referindo, e que vão de 1834, inclusive, a 1888, o mês em que houve maior numero de enterramentos, e portanto de obitos, foi de Outubro, que figura com 20:878. Seguem-se depois, por sua ordem: Dezembro, com 20:577; Novembro, com 20:157; Janeiro, com 20:102; Agosto, com 19:247; Julho, com 18:542; Março, com 18:163; Setembro, com 17:880; Fevereiro, com 17:207; Abril, com 16:497; Junho, com 16:490; Maio, com 16:123.

Os enterramentos em 1906

Em todo o caso, apesar de serem importantes estes numeros, vê-se que a população de Lisboa tem aumentado de tal maneira, e com ella o numero de doenças, que os enterramentos na actualidade attingem as proporções dos annos em que houve colera ou febre amarella.

Assim, emquanto que no anno de 1856, com a colera a grassar em Lisboa, houve apenas 5:623 enterramentos no primeiro cemiterio, em 1906, o anno passado, foram sepultados no mesmo cemiterio 7:623 pessoas, isto é, mais 2:000 pessoas do que no anno da colera e apenas menos 698 do que no anno da febre amarella!

Das 7:623 pessoas sepultadas em 1906, 4:099 pertenciam ao sexo masculino e 3:524 ao feminino, por onde se vê que, apesar da população feminina ser superior ao numero á masculina, morreram no anno findo na área do primeiro cemiterio mais 575 homens do que mulheres.

Neste anno, o mês de maior numero de enterramentos foi o de Janeiro, que figura com 707, e aquelle em que houve menos foi Setembro, que figura apenas com 545.

Os futuros cemiterios de Lisboa

Como se sabe e já fica dito, o cemiterio do Alto de S. João, apesar dos grandes alargamentos que tem soffrido, luta com difficuldades de terreno, tão grande é o numero de cadaveres que tem de comportar.

Em breve será acrescentado com mais 8:144 metros quadrados de terreno, logo que esteja concluida a estrada ou avenida que já se encontra feita até o Alto do Pina.

Mas nem assim ficará em condições de permanecer por muito tempo nesse estado, porque o numero de enterramentos aumenta dia a dia.

Novos e repetidos alargamentos hão de tornar-se, por assim dizer, impossiveis por falta de terrenos apropriados.

Ora o que acontece com o cemiterio do Alto de S. João, acontece com o cemiterio dos Prazeres, que tambem já tem sido ampliado, e se encontra em condições de não poder obter novos alargamentos.

Alem d'isso, succede que devido ao alargamento da area da capital, estes dois cemiterios em breve ficarão cercados de casas por todos os lados, isto é, quasi no meio da cidade.

Nestas condições, a unica solução que forçosamente ha de ser tomada, mais tarde ou mais cedo, é construir novos e mais amplos cemiterios a distancia da capital.

Ao que nos consta, já em tempos chegou a ser elaborado um projecto neste sentido.

Segundo esse projecto, o grande cemiterio de futuro ficaria situado nos vastos terrenos marginaes do Tejo, entre a Povia e Sacavem.

Ao mesmo tempo seria construido um grande deposito mortuario em Xabregas.

Os enterros seriam acompanhados até este deposito e os cadaveres ficariam ali depositados até o outro dia de manhã, em que seriam conduzidos para o cemiterio em um comboio apropriado para esse fim.

E isto, que nos consta, chegou a projectar-se, mas não sabemos a viabilidade que virá ou poderá vir a ter. E mesmo quando tudo viesse a realizar-se, é claro que só d'aqui a muitos annos.

Antes de terminar esta noticia não podemos deixar de referir-nos á maneira irreprehensivel como está organizado o serviço de secretaria, estatistica, etc., do Alto de S. João, onde colhemos os dados que acima ficam, e que, como facilmente se comprehende, são o producto de muito trabalho, muito methodo e muito boa ordem. É por isso merecedor de todo o elogio o digno administrador d'aquelle cemiterio, o Sr. José Antonio Silvestre.

(Do *Diario de Noticias*, de 2 de Novembro de 1907).

Nota.—A respeito da historia dos cemiterios póde consultar-se o parecer que Theophilo Ferreira apresentou á Camara Municipal de Lisboa em 22 de Dezembro de 1879, e que foi impresso no anno seguinte.

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Onomastico medieval português

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, XIII, 361)

- Plalaia, n. m., 972. Doc. most. S. Vicente. Dipl. 67, l. 10.
 Plantada, villa, Era 1106. Dissert. chron., t. 3.^o, p. 8.
 Planum de zeuras. Vidè Zeuras.
 Platanoso, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 260, l. 43.
 Platia, n. m., 1032. Doc. most. Moreira. Dipl. 168.
 Plato antile, geogr., 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.
 Plaza, n. m., 1258. Inq. 705, 1.^a cl.
 Plazentius, n. h., 875. Dipl. 6, l. 8.
 Plazii (S. Tirso de), geogr., 1220. Inq. 81, 1.^a cl.—Id. 8 e 155.
 Pleunitis, villa, 1094. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 478.
 Plito, geogr., 1093. L. D. Mum. Dipl. 474.
 Poboacion, geogr., 1255. For. Tolões de Aguiar. Leg. 654.
 Pobos, castello, 1195. For. Povos. Leg. 491.—S. 319.
 Pobraos, geogr., sec. xv. S. 197, ult. l.—Id. 294.
 Pociani e Ponciani, app. h., 959. L. D. Mum. Dipl. 48.
 Podami e Podome, geogr., 1220. Inq. 68, 1.^a cl.—Id. 256 e 306.
 Podentes, geogr., sec. xv. S. 350.
 Podestade, app. h., sec. xv. S. 260.
 Podezo, geogr., 1258. Inq. 705, 1.^a cl.
 Podome. Vidè Podami.
 Podomen, villa, 1033. Doc. ap. sec. XVIII. Dipl. 170.
 Poeiares, geogr., 1258. Inq. 431, 2.^a cl.
 Poeios, geogr., 1258. Inq. 727, 1.^a cl.